

## **Maria: fonte fecunda do discurso feminino**

Miriam Piedade Mansur Andrade\*

**RESUMO:** Mary Wollstonecraft (1759-1797), escritora inglesa do século XVIII, afirmava em seu texto, *A Vindication of the Rights of Woman* (1792), publicado quase 100 anos antes do início do movimento feminista, a necessidade da igualdade entre os sexos, defendendo que todos, homens e mulheres, como seres humanos, são iguais em direitos. Wollstonecraft reforçava seu argumento, discutindo a importância do acesso à educação para as mulheres, pois assim, “a educação mais perfeita” seria adquirida e, para ela, esse era “um exercício do entendimento como é melhor calculado para fortalecer o corpo e formar o coração. Ou, por outras palavras, para permitir que o indivíduo desenvolva hábitos de virtude que o tornem independente”(2016, p. 129). Mais de 150 anos depois, em 1949, a escritora feminista francesa Simone de Beauvoir (1908-1986) publicava o tratado “O Segundo Sexo”, ainda teorizando sobre as desigualdades construídas em função das diferenças entre os sexos. Para Beauvoir, a “feminilidade” era uma construção e a mulher é acima de tudo um ser humano, que não nasce mulher, mas se torna mulher através dos hábitos que lhe são impostos e transmitidos ao longo de sua vida. No campo da escrita dos direitos da mulher, esses dois textos são de extrema relevância e se constituem pertinentes para a avaliação da presença da mulher em diversos contextos. Pensando na figura de Maria, como “ícone do Mistério divino”, o objetivo deste texto é apresentar passagens dos evangelhos, nas quais Maria também é ícone do discurso do feminino, como aquela que deteve “a educação mais perfeita”, de acordo com Wollstonecraft, pois “guardava todas estas coisas no seu coração” (Lucas 2:51); aquela que mesmo tendo sido criada para seguir a tradição da feminilidade, teve voz ativa e escolheu tornar-se “a serva do Senhor” (Lucas 1: 38); e aquela que participou ativamente da missão salvífica de Cristo, estimulando-o à operação de seu primeiro milagre nas

---

\* Doutora em Estudos Literários, Bolsista PNPd/CAPES, Faculdade de Letras – UFMG. E-mail: miriammansur2@gmail.com.

Bodas de Caná (João 2: 1-11). Nesse sentido, a figura de Maria exerce o discurso do feminino e deve ser reconhecida pelo seu papel, como exemplo maior para a promoção do repensar do lugar da mulher nos contextos atuais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Maria. Feminino. Mulher.

---

Há exatamente um ano, foi lançada a edição comentada do livro de Mary Wollstonecraft, *A Vindication of the Rights of a Woman* (1792), traduzido para o português com o título *Reivindicação dos direitos da Mulher* (2016). Essa tradução convida a uma revisita a esse clássico da língua inglesa, publicado quase 100 anos antes do início do movimento feminista. Esse texto defendia a necessidade da igualdade entre os sexos, afirmando que todos, homens e mulheres, como seres humanos, são iguais em direitos e denunciava a exclusão das mulheres do acesso à educação, escrito em um período histórico turbulento, marcado principalmente pela ascensão do capitalismo em pleno desenvolvimento da revolução industrial.

Wollstonecraft reforçava seu argumento, discutindo a importância do acesso à educação para as mulheres, pois assim, “a educação mais perfeita” seria adquirida e, para ela, esse era “um exercício do entendimento como é melhor calculado para fortalecer o corpo e formar o coração. Ou, por outras palavras, para permitir que o indivíduo desenvolva hábitos de virtude que o tornem independente” (2016, p. 129). Em seu livro, a escritora inglesa respondia diretamente aos filósofos do iluminismo, principalmente à Jacques Rosseau, denunciando aspectos da moral sexista e conservadora de sua época. Rosseau publicou um livro intitulado *Emílio* em 1762, que foi considerado um dos maiores tratados sobre a filosofia da educação do período. Nesse livro, Rosseau abordava a desigualdade “entre os homens” e criava uma identidade ficcional para a mulher ideal, de nome Sofia, submissa e entregue ao direcionamento masculino de sua vida, educada apenas para se tornar uma melhor companheira para o homem.

Provavelmente tive a oportunidade de observar mais meninas na infância do que J.J. Rosseau. Posso recordar meus próprios sentimentos e observei com atenção ao meu redor, contudo, longe de coincidir com ele na opinião a respeito das primeiras manifestações do caráter feminino, aventurar-me-ei a afirmar que uma menina cujo espírito não tenha sido reprimido pela inatividade, ou cuja inocência pela falsa vergonha, será sempre travessa, e a boneca nunca chamará sua atenção, a menos que o confinamento não lhe dê alternativa. Meninos e meninas, em resumo, brincariam juntos sem qualquer problema se a distinção do

sexo não tivesse sido inculcada antes que a natureza assim o fizesse. Irei mais longe e afirmarei como fato consumado que, conforme venho observando, à maioria das mulheres que agiram como criaturas racionais ou que demonstraram qualquer vigor intelectual foi concedida acidental permissão para correrem livres (Wollstonecraft, 2016, p. 66-67).

Esse discurso de Wollstonecraft no final do século XVIII, em resposta à criação do formato de mulher ideal por Rosseau, lançava ideias que foram incorporadas pelos movimentos feministas na virada do século XIX para o XX. Longe do escopo desse trabalho de defender ou periodizar as etapas de realização do discurso feminista, o que está apontado aqui são elementos que compõem significados que trazem à luz a figuração da mulher no cenário mundial, mais especificamente, no exemplo de Maria.

Sob esse aspecto, os elementos composicionais de Wollstonecraft são trabalhados novamente, quase 150 anos depois, pela a escritora feminista francesa Simone de Beauvoir (1908-1986), nas noções do conceito de gênero que são discutidas até os dias de hoje. Em 1949, Beauvoir publicava o tratado “O Segundo Sexo”, ainda teorizando sobre as desigualdades construídas em função das diferenças entre os sexos. Para ela, a “feminilidade” era uma construção e a mulher é acima de tudo um ser humano, que não nasce mulher, mas se torna mulher através dos hábitos que lhe são impostos e transmitidos ao longo de sua vida.

Primeiramente, haverá sempre certas diferenças entre homem e mulher; [...] as relações da mulher com seu corpo, o corpo do homem, o filho, nunca serão idênticas às que o homem mantém como o seu corpo, o corpo feminino, o filho; os que tanto falam de “igualdade na diferença” mostrar-se-iam de má-fé em não admitir que possam existir diferenças na igualdade. [...] Libertar a mulher é recusar encerrá-la nas relações que mantém com o homem, mas não as negar; ainda que ela se ponha para si, não deixará de existir também para ele: reconhecendo-se mutuamente como sujeito, cada um permanecerá entretanto um outro para o outro; a reciprocidade de suas relações não suprimirá os milagres que engendra a divisão dos seres humanos em duas categorias separadas. (1980, p.500)

E quando Beauvoir aponta para a possibilidade de haver “igualdade na diferença” ela antecipa a necessidade do entendimento da tolerância e da fraternidade entre as diferenças e, dessa forma, seus escritos buscam um objetivo comum de igualdade numa forma de cidadania que privilegia toda a possibilidade de inclusão. Além disso, em seu texto, ela reconhece a necessidade da relação entre os seres, informando a permanência de um outro que se relaciona com o outro, sem que ocorra nesse relacionamento quaisquer expressão de poder.

No campo da escrita dos direitos da mulher, esses dois textos são de extrema relevância e se constituem pertinentes para a avaliação da presença da mulher em diversos contextos. Pensando na figura de Maria, como “ícone do Mistério divino”, o objetivo deste texto é apresentar passagens dos evangelhos, nas quais Maria também é ícone do discurso do feminino e, pelo seu papel, ela é o exemplo maior para a promoção do repensar do lugar da mulher nos contextos atuais, principalmente, na necessidade da tolerância e da fraternidade entre as diferenças.

Somos apresentados à Maria no Evangelho de Mateus, na explicação sobre o nascimento de Jesus. “Eis como nasceu Jesus Cristo: Maria, sua mãe, estava desposada com José. Antes de coabitarem, aconteceu que ela concebeu por virtude do Espírito Santo” (1,18). Também a conhecemos como a Virgem que “conceberá e dará à luz um filho, que se chamará Emanuel (Is 7, 14), que significa: Deus conosco” (1, 23). Nessas primeiras palavras sobre Maria, estamos diante de uma missão que traz Deus para o mundo humano. A ela é dada a presença do Espírito Santo e ela concebe o próprio Deus. Nesse sentido, a presença de Deus em um corpo feminino sugere a concepção da noção de Beauvoir da “igualdade na diferença”. Deus oferece à Maria uma posição de elevação no processo de Sua missão, mas respeitando a composição do corpo feminino.

A Bíblia é reconhecida de acordo com vários estudos como um livro de orientação masculina. No estudo de Bertrand Buby, “Mary of Galilee: Woman of Israel – Daughter of Zion” (1995), de todos os 1426 nomes citados na Bíblia, apenas 111 são de mulher, e que o nome de Maria está entre os mais mencionados no Novo Testamento. Nessa possibilidade, o feminino recebe pouca significação se não fosse por Maria, que é uma exceção à regra e por isso seu nome e sua figura são excepcionais à mulher. Em alguns dados biográficos de Maria, reconhece-se sua filiação, filha de Joaquim e Anna, mas pouco se sabe sobre sua educação e vida. Acredita-se que ela era uma moça comum, que cresceu educada pela tradição judaica em uma pequena cidade da Palestina Galileia. Uma vez que ela nasceu numa família que seguia os preceitos do judaísmo, certamente ela aprendeu as escrituras hebraicas e a rezar como modo de vida de uma mulher de Nazaré. Não pode-se afirmar que Maria sabia ler, porém, em várias representações de Anna com sua filha, imagens de uma mãe com um livro em seu colo e a sua filha ao lado, ilustram um possível momento de ensinamento e aprendizado.

Como toda menina judia de sua época, ela deveria ser doce, submissa e obediente aos seus pais terrenos. Então, quando ela chegou à idade considerada própria para casar-se, por volta de seus 14 anos, seus pais a prometeram para um homem mais velho. Nesse sentido a obediência fazia parte de sua educação e a questão da escolha para ela possivelmente não existia. É com esse entendimento da condição de Maria retratado em livros acerca da sua biografia que inicio a sua presença no evangelho de Lucas.

Em Lucas 1, 26-38, parte dos dados biográficos de Maria são confirmados, quando o anjo Gabriel é “enviado por Deus a uma cidade da Galileia, chamada Nazaré, a uma

virgem desposada com um homem que se chamava José”. Maria era uma jovem virgem se preparando para casar-se com um homem mais velho do que ela. No entanto, quando o anjo entra e se anuncia a Maria, uma outra parte de sua biografia pode ser questionada, pois embora ela estivesse inserida num contexto histórico-social de obediência plena e sem condições do exercício da escolha, o que ocorre é o oposto. O anjo identifica Maria não pelo seu nome, mas ele inicia a sua fala a aclamando ou a saudando como “cheia de graça, o Senhor é contigo”. O simbolismo da palavra “graça” na linguagem bíblica, segundo Bertrand Buby, em “Mary of Galilee: Woman of Israel – Daughter of Zion”, significa um presente especial, que de acordo com o Novo Testamento, tem origem na ideia da trindade divina, do Deus de amor. Aquele que chama a Maria como cheia graça e que está com ela é a própria expressão do amor nela. Nessa situação, o que vemos é uma mulher amada pelo o que ela é, mas na expressão do corpo feminino. Maria, então, responde como ser humano e com a voz do feminino, em pessoa, escolhendo o seu destino e se entregando à sua missão. O mesmo Deus que ama Maria é o Deus do livre-arbítrio e, nesse sentido, a jovem virgem judia, cheia de graça tem a opção da escolha e essa opção é confirmada nas palavras finais da cena da anunciação. Depois que Maria se apresenta como temerosa pelas palavras que ouve e por não conhecer ainda homem algum para a concepção de um filho, ela recebe a explicação do ato feita pelo anjo, se oferta como “serva do Senhor” e se entrega de corpo e espírito para o recebimento da Palavra. O corpo feminino é escolhido por Deus e esse mesmo corpo escolhe se entregar à Palavra de Deus.

Como a citação de Simone de Beauvoir sugere,

libertar a mulher é recusar encerrá-la nas relações que mantém com o homem, mas não as negar; ainda que ela se ponha para si, não deixará de existir também para ele: reconhecendo-se mutuamente como sujeito, cada um permanecerá, entretanto, um outro para o outro” (1949, p. 500).

Pode-se dizer que há uma relação de libertação de Maria, ao mesmo tempo que ela passa a existir também para Deus. Nessa reciprocidade entre Deus e Maria, com o reconhecimento de um sujeito que permanece no outro, ela torna-se o sujeito feminino na missão salvífica de Deus. Nesse sentido, é pertinente dizer que a mulher também torna-se liberta por Deus em Maria, que a permite existir enquanto sujeito de suas ações e escolhas.

Ainda em Lucas 1, 46-52, o discurso do feminino é reforçado, quando Maria diz que sua “alma glorifica ao Senhor” e que “seu espírito exulta de alegria em Deus”, porque Ele “olhou para sua pobre serva”. A condição da mulher na época de Maria (e talvez, também, em muitos casos até os dias de hoje) é a de subserviência e sempre foi secundária e inferiorizada em relação ao homem. Mas, daquele momento em diante, uma mulher passava a ser proclamada a “bem-aventurada de todas as gerações” e, dessa forma, Ele “manifestou o poder do seu braço; desconcertou os corações dos soberbos; e “derrubou do trono os poderosos e exaltou os humildes”. A figura da mulher passa de humilde e

vítima do poder do homem para aquela que merece exaltação e elevação. Em outras palavras, a mulher é inserida no cenário maior de Deus (de acordo com a tradição ocidental cristã), na redenção e salvação do homem em Jesus Cristo.

O evangelho de João confirma a presença de Maria em exercício ativo do sujeito feminino na missão da salvação. Em João 2, 1-12, temos o primeiro milagre de Jesus operado a pedido de sua mãe. Nessa passagem conhecida como a das Bodas de Caná da Galileia pode-se sentir uma completa harmonia e cumplicidade entre mãe e filho, numa relação de reciprocidade e entrega. Durante o casamento, Maria observadora, percebe que o vinho acabara, o que ia comprometer o restante da festa e informa a Jesus a situação. Jesus responde à sua mãe, como Mulher e mesmo ciente que ainda não era chegada à sua hora, realiza o que ela pede. Jesus se reportando à Maria como Mulher (atente-se ao fato que na maioria das bíblias de designação católica a palavra mulher é escrita com a letra “m” em maiúsculo) é como se ele, novamente, exaltasse o feminino naquela cena. A voz da mulher é ouvida e Maria sabia que mesmo não estando na sua hora que seu filho a ouviria e atenderia. Isso é afirmado quando ela se dirige aos serventes e pede para que eles façam o que Jesus disser. Só para concluir e enfatizar mais uma vez, “Este foi o primeiro milagre de Jesus; realizou-o em Caná da Galiléia. Manifestou a sua glória, e os seus discípulos creram nele.” Ou seja, Maria foi a motivadora do primeiro milagre de Jesus e é a partir dele que Jesus tem a sua glória manifestada.

É importante ressaltar que em suas palavras, tanto no seu Magnificat em Lucas, quanto no milagre de Jesus nas Bodas de Caná, Maria não evoca o seu orgulho ou se demonstra em tentativa de satisfação de suas ambições pessoais; ao contrário, o significado delas é de uma mulher consciente de sua missão e em harmonia com a sua tradição, mas, acima de tudo, com o seu amor ao Criador. Maria se torna assim o exemplo do feminino que não se vangloria em busca de um discurso centralizador ou de expressão de poder, mas aponta para uma grandeza de espírito, de alguém que fala de seu lugar próprio, sem aspiração maior, a não ser a de exaltação da figura de Deus em seu coração e para os outros.

Uma releitura de Mary Wollstonecraft na figura de Maria, o que temos nela é “um exercício do entendimento como é melhor calculado para fortalecer o corpo e formar o coração. Ou, por outras palavras, para permitir que o indivíduo [feminino] desenvolva hábitos de virtude que o tornem independente” (2016, p.129). Nessa ideia, Maria é independente como a expressão do feminino e se torna assim ao desenvolver seus hábitos de virtude fortalecendo seu corpo [feminino] e formando seu coração. Em Lucas 2, 19 e 51, Maria é referenciada como aquela que medita e guarda as palavras em seu coração: “Maria conservava todas estas palavras, meditando-as no seu coração”; a “mãe guardava todas estas coisas no seu coração”. Celebrar o jubileu de Nossa Senhora Aparecida é reconhecer o lugar do feminino na missão salvífica de Deus, numa sociedade marcada por um controle masculino dominador, o próprio Deus se expressa no olhar feminino, na presença daquela que age, guarda a Palavra e as palavras em seu coração, assim Maria é

a fonte maior não de um discurso feminista, mas de uma postura feminina em sua relação com Deus e com Jesus. Em outras palavras e tomando emprestado o pensamento de Simone de Beauvoir, Maria não nasce mulher, mas torna-se mulher em Deus e por isso, em seu exemplo, o lugar da mulher merece ser repensado nas diversas instâncias eclesiais e sociais.

### **Referências**

BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [1949] 1980.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Edições Paulinas, 1973.

BUBY, Bertrand SM. Mary of Galilee: Woman of Israel – Daughter of Zion. New York: Alba House, 1995.

PETERS, Danielle SM. Jewish identity of Mary. Disponível em 03 mai, 2017.

WOLLSTONECRAFT, Mary. Reivindicação dos direitos da mulher. Tradução por Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.